

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 11 DE OUTUBRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA - GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei nº 4.319 de 16 de março de 1964, pela Medida Provisória nº 259, de 22 de julho de 2005, bem como pela Portaria/SG/PR nº 56, de 09 de agosto de 2005, e *ad referendum* do Colegiado, resolve:

Art. 1º Incorporar à Comissão Especial constituída pela Resolução nº 12 de 24 de maio de 2005, com o objetivo de *"estabelecer metodologia interinstitucional de trabalho para acompanhamento e apuração de denúncias relativas à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada"*.

- I. Um Representante do Fórum Nacional de Reforma Agrária;
- II. Um Representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana;
- III. Um Representante do Fórum de Conselhos Distritais de Saúde Indígena;
- IV. Um Representante da Comissão de Segurança Alimentar das Populações Negras do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA;
- V. Um Representante da Coordenação Geral da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - CGPAN;
- VI. Um Representante da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais;
- VII. Um Representante do Conselho de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil.

§ 1º. Os membros da sociedade civil serão indicados por suas respectivas entidades ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sem prejuízo de que os demais integrantes da Comissão possam dar continuidade aos trabalhos.

§ 2º. Outros órgãos e entidades civis poderão ser convidados para participar das atividades da referida Comissão.

Art. 2º A Controladoria-Geral da União da Presidência da República e o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça participarão como Colaboradores Especiais da Comissão.

Art. 3º Tornar público que, nos termos e para efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, a Comissão Especial poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias, tais como: tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais, ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar das repartições públicas informações e documentos.

Art. 4º Excluir o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da composição estabelecida pela Resolução nº 12 de 24 de maio de 2005.


LUIZ SOARES DULCI